



v. 11, n. 1 – 2022 – ISSN 2316-395X – DOSSIÊ

# Memória, história e cidadania: a trajetória do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina

## Memory, history and citizenship: the trajectory of the Public File of Santa Catarina State

## Memoria, historia y ciudadanía: la trayectoria del Archivo Público de Estado de Santa Catarina

Juçara Nair Wollf<sup>1</sup>  
Luciano Von Frühauf<sup>2</sup>

Recebido em: 15/2/2022  
Aceito para publicação em: 16/3/2022

**Resumo:** Em Santa Catarina, a preocupação com a guarda e preservação da memória histórica da administração pública catarinense tornou-se mais dogmática no início da República. Descaminhos e querelas políticas inviabilizaram a institucionalização do Arquivo Público, na primeira metade do século XX. Sua combativa caminhada iniciou-se de fato com a Lei n.º 2.378, de 28 de junho de 1960, assinada pelo

<sup>1</sup> Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Gerente e historiadora do Arquivo Permanente.

<sup>2</sup> Graduado em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Atua como historiador no Arquivo Permanente.

então governador Heriberto Hülse, que além de criar o Arquivo o consagrava como o legítimo órgão custodiador da documentação produzida pelas secretarias de estado e pelos departamentos autônomos. Até o fim da década de 1970, o Arquivo constituía apenas um espaço com as relíquias documentais produzidas por agentes públicos e instituições públicas pretéritas, versando sobre o funcionamento do aparelho governamental e suas ações sobre e na Ilha de Santa Catarina, naturalmente acumuladas. Um verdadeiro baú de memória; patrimônio documental que carecia de uma organização arquivística plena. Entre 1980 e 2000 os esforços dos primeiros diretores e servidores do Arquivo, juntamente com o empenho de letrados catarinenses e dos amantes da memória histórica catarinense, forneceram novos contornos às práticas arquivísticas no estado. Este breve texto objetiva dar visibilidade à trajetória do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, evidenciando seus avanços e recuos relacionados a sua estrutura, gestão documental, preservação e difusão de seu acervo.

**Palavras-chave:** memória; história; Arquivo Público do Estado de Santa Catarina; arquivo permanente; gestão documental.

**Abstract:** In Santa Catarina, the concern with guarding and preserving the historical memory of Santa Catarina's public administration became more dogmatic at the beginning of the Republic. Misdirection and political quarrels made the institutionalization of the public archive unfeasible in the first half of the 20th century. Its combative journey began in fact with Law no. 2,378, of June 28, 1960, signed by Governor Heriberto Hülse, who, in addition to creating the archive, established it as the legitimate custodian of the documentation produced by the secretariats of state and the autonomous departments. Until the end of the 1970s, the archive was just a space with documentary relics produced by public agents and public institutions in the past, dealing with the functioning of the governmental apparatus and its actions on and in Santa Catarina Island, naturally accumulated, a real memory chest, documentary heritage that lacked a full archival organization. Between the 1980s and 2000s, the efforts of the first directors and servants of the archive, together with the efforts of Santa Catarina scholars and lovers of Santa Catarina's historical memory, provided new contours to archival practices in the state. This brief text aimed to give visibility to the trajectory of the Public Archive of Santa Catarina State, highlighting its advances and setbacks related to its structure, document management, preservation, and dissemination of its collection.

**Keywords:** memory; history; Public Archive of Santa Catarina State; permanent archive; document management.

**Resumen:** En Santa Catarina, la preocupación por la custodia y preservación de la memoria histórica de la administración pública del estado se tornó más dogmática al inicio de la república. Los desvíos y las disputas políticas hicieron inviable la institucionalización del archivo público en la primera mitad del siglo XX. Su andadura combativa empezó en los hechos con la Ley n. 2.378, de 28 de junio de 1960, firmada por el Gobernador Heriberto Hülse, quien, además de crear el archivo, lo consagró como custodio legítimo de la documentación producida por las secretarías de estado y de los autonómicos departamentos. Hasta finales de la década de 1970, el archivo era solo un espacio con reliquias documentales producidas por agentes e instituciones públicos en el pasado, que trataban sobre el funcionamiento del aparato gubernamental y sus acciones acerca de y en la isla de Santa Catarina, naturalmente acumuladas, un auténtico cofre de recuerdos, patrimonio documental que carecía de una organización arquivística completa. Entre las décadas de 1980 y

2000, el esfuerzo de los primeros directores y servidores del archivo, juntamente con el esfuerzo de los estudiosos y amantes de la memoria histórica de Santa Catarina, dieron nuevos contornos a las prácticas archivísticas en el estado. Este breve texto tuvo como objetivo dar visibilidad a la trayectoria del Archivo Público del Estado de Santa Catarina, destacando sus avances y retrocesos relacionados con su estructura, gestión documental, preservación y difusión de su colección.

**Palabras clave:** memoria; historia; Archivo Público del Estado de Santa Catarina; archivo permanente; gestión documental.

## INTRODUÇÃO

O texto aqui apresentado é uma narrativa sobre a trajetória do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC) e envolve os movimentos preliminares para a viabilização de um espaço de guarda da documentação pública, no fim do século XIX, passando pelo labiríntico processo de criação, fechamento e recriação desse espaço, que se estendeu de 1918 a 1960.

Enriquecem esta narrativa a descrição sobre o acervo documental por ele custodiado; o diagnóstico sobre trabalho moroso e técnico da sua higienização, classificação e organização; o detalhamento e a variação da composição funcional; o trabalho penoso de convencimento, perante a administração do estado, sobre a sua vocação e competência, até hoje ainda não reconhecidas; sua identidade associada ao campo histórico-cultural, que o vincula tão somente ao valor secundário da documentação; a interlocução com os espaços acadêmicos e de classe e, por fim, e não menos importante, o compromisso e a função social desse espaço.

Este trabalho, empiricamente baseado no conjunto documental institucional do APESC e nos artigos produzidos por alguns de seus servidores e publicados na revista *Ágora*, analisa a trajetória, os caminhos e descaminhos trilhados e as barreiras que distanciaram o Arquivo Público do Estado da sua principal função, mas que evidenciam o seu desempenho, de forma inequívoca, na difusão da memória histórica catarinense, garantindo que esta fosse acessada por pesquisadores – profissionais ou não – interessados na produção do conhecimento sobre o passado.

## ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Em setembro de 1898, o engenheiro civil Hercílio Pedro da Luz, então governador do estado de Santa Catarina, por meio da Lei n.º 328, subordinou o gerenciamento dos arquivos à Secretaria do Interior, por meio da Diretoria de Instrução Pública (SANTA CATARINA, 1913). Embora tal lei não tenha, em si, instituído o Arquivo Público, ela é um indício de uma preocupação republicana com a preservação da memória histórica da administração pública catarinense.

Anterior ao governo de Hercílio Pedro da Luz, podemos pontuar que cuidados similares com a guarda da documentação pública se faziam presentes entre os representantes políticos do governo monárquico na província de Santa Catarina. Na grande maioria dos documentos oficiais identifica-se a preocupação dos escrivães ou dos oficiais emitentes com o arquivamento da documentação em livros de registro das secretarias, ao deixar lavrado ao final dos documentos o termo: “*arquite-se*”.

De fato, as precauções oitocentistas com o arquivamento dos documentos em livros específicos estavam associadas às provas documentais como pressuposto de registro e veracidade, elemento constitutivo na formação dos estados nacionais, e não necessariamente voltadas à preservação da sua memória político-administrativa. Os arquivos nesse cenário

constituíam organizações florescentes, partilhavam a promessa de controle de um mundo complexo com seus planos de organização e arranjo, com pressupostos de custódia, confiabilidade e veracidade, em pleno século da História.

Representavam dessa forma os valores modernos de nação<sup>3</sup> implantados pela Corte, que de acordo com Modesto (2007, p. 11) eram evidências de um Estado organizado como “[...] uma entidade política, com uma ‘Constituição’ racionalmente redigida, um Direito racionalmente ordenado, e uma administração orientada por regras racionais, as leis, e administrado por funcionários especializados”.

A estruturação do estado catarinense e a implantação de vários órgãos, entre eles o Arquivo, eram vistas como um processo de ruptura com o atraso, vinculando-se mais à necessidade de organização de informações e menos com a preservação e cuidado com a história estatal.

Embora idealizados pelo regime monárquico, grande parte dos arquivos estaduais brasileiros é fruto da República<sup>4</sup>. Em Santa Catarina o Arquivo Público foi implantado no regime republicano. Criada pela Lei n.º 1.196, de 26 de setembro de 1918 (SANTA CATARINA, 1919), no governo de Felipe Schmidt e subordinado à Secretaria de Interior e Justiça, a instituição tinha como árduo defensor José Arthur Boiteux, que desde a sua idealização, ainda nos oitocentos, se empenhou para que a sua criação saísse do papel e definitivamente assumisse suas funções (SOARES, 1985).

À frente da pasta da Secretaria de Interior e Justiça, já no segundo mandato de Hercílio Luz (1918-1920), José Arthur Boiteux, impossibilitado de realizar a construção da instalação do Arquivo, optou em acondicionar o acervo, que se encontrava “[...] amontoadado, sem classificação, sem utilização racional, quer para a ação político-administrativa, quer para a ação histórico-cultural” (PIAZZA, 1990a, p. 6), em uma das dependências do “vetusto Palácio do Governo (à Praça Quinze de Novembro), em sua ala direita, onde funcionava aquela Secretaria do Estado” (PIAZZA, 1990a, p. 6). Sob a custódia da Chefia do Poder Executivo, a documentação ali alocada constituía-se de papéis públicos de épocas anteriores à instalação da Capitania, em 1739 (SOARES, 1985).

O empenho de José Arthur Boiteux não logrou êxito, e o Arquivo Público não foi instalado. No entanto, como destaca Iaponan Soares (1985, p. 6), “[...] a permanência do projeto em aberto era uma maneira de denunciar sua necessidade, que mais cedo ou mais tarde teria que ser atendido”. De fato, a semente plantada por Boiteux germinou no ano de 1931, quando o interventor federal Ptolomeu de Assis Brasil, ao considerar imprescindível o serviço prestado pelo Arquivo Público, o “recria” por meio do Decreto n.º 186, de 28 de dezembro daquele mesmo ano:

Considerando que o serviço de Arquivo Público, destinado à guarda e conservação de documentos de natureza administrativa e judiciária, é imprescindível não só para acautelar os legítimos interesses nas relações de direito privado e de direito administrativo, como também para manter uma fonte de seguras informações acerca dos acontecimentos que constituem a vida, a tradição e história do Estado, nas diferentes épocas e em seus múltiplos aspectos (SANTA CATARINA, 1932, p. 117).

<sup>3</sup> A respeito do conceito moderno de nação ver Jancsó (2003).

<sup>4</sup> Realizou-se nos *sites* de cada arquivo público dos estados brasileiros uma busca do histórico para saber o período de criação de cada instituição arquivística.

A partir desse ato, o Arquivo Público teria a incumbência de adquirir e conservar, metodicamente classificados, os originais dos documentos produzidos pela administração pública, demonstrando assim uma efetiva preocupação com a narrativa histórico-administrativa, produzida com base em registros incorruptíveis e autênticos, custodiado pelo Estado.

O instrumento legal que criava o Arquivo fixava também seu quadro pessoal, que consistia em: um diretor, um amanuense-conservador, três cartorários, dois datilógrafos, um porteiro e um contínuo servente<sup>5</sup>.

Por indicação do então Secretário de Interior e Justiça, doutor Manoel Pedro da Silveira, o espaço ocupado pelo Arquivo Público, após vários estudos e sugestões – todas inviabilizadas –, foi o andar térreo do Palácio do Governo,

na parte posterior, onde anteriormente funcionava a Diretoria de Terras e a Comissão de Sindicância do Governo Revolucionário e cujas resistências material examinada pela diretoria de obras, foi julgada satisfatória, mediante algumas obras, para maior garantia e resistência do piso (ARQUIVO PÚBLICO *apud* SOARES, 1985, p. 7).

Todavia o processo de consolidação do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina não estava seguro, e sua extinção ocorreu por meio do Decreto n.º 349, de maio de 1933, após dois anos, quatro meses e dez dias de ser instituído. As alegações do então interventor federal, Aristiliano Ramos, fundamentaram-se em questões que sugerem conflitos de interesse entre os cartorários e o Arquivo Público, além de questões financeiras:

[...] Atendendo que esse serviço não é de natureza inadiável e que sua manutenção importa em despesas incompatíveis com a situação financeira do Estado, atendendo ainda que a execução do Decreto que criou o Arquivo prejudicaria a serventários de Justiça, com a diminuição de rendas, não tendo sido compensados, pecuniariamente como em outros Estados (SANTA CATARINA, 1934, p. 37).

Foram necessários 27 anos para que a consolidação do Arquivo Público iniciasse sua combativa caminhada. A Lei n.º 2.378, de 28 de junho de 1960, assinada pelo governador da época, Heriberto Hülse (SANTA CATARINA, 1960), além de recriar o Arquivo, estabelecia suas principais finalidades e consagrava-o como legítimo órgão custodiador das documentações produzidas pelas secretarias de estado e departamentos autônomos (SANTA CATARINA, 1960).

De igual modo, o ato oficial estabelecia um quadro de pessoal efetivo para a instituição recém-criada, a saber: 1 diretor – nível C-30; 2 escriturários – nível A-6; 3 encarregados de arquivo – nível I-15; 1 porteiro – nível I-7 (SANTA CATARINA, 1960). A direção do Arquivo estava nas mãos de Francisco Mascarenhas<sup>6</sup>.

<sup>5</sup> De acordo com Soares (1985), os funcionários do Arquivo em 1932 eram: diretor – jornalista Laudares de Carvalho, que entrou no exercício para iniciar a ordenação alfabética dos documentos; cartorário – André José Pinto; datilógrafa – Antonieta Bitencut; amanuense – José de Souza Lima; cartorário conservador – Nicaolau Nagib Nahas; servente – Adolfo Bartolomeu Cordeiro; contínuo – Arlindo Boaventura Penedo.

<sup>6</sup> Natural de São Francisco do Sul. Foi radialista e jornalista, dirigiu a Rádio Diário da Manhã em Florianópolis. Era ligado à União Democrática Nacional (UDN) e concorreu a uma cadeira da Assembleia Legislativa em 1950, ficando como 3.º suplente. Posteriormente, assumiu o mandato. Além do Arquivo Público do Estado, dirigiu também a Biblioteca Pública.

Segundo Walter F. Piazza (1990b), a parte térrea do Palácio do Governo, com área diminuta e sem ventilação, foi o espaço ocupado pelo Arquivo Público do Estado entre os anos de 1960 e 1971, à época dirigido por Djalma Coelho de Souza<sup>7</sup>. Mesmo sem condições mínimas para prestar os serviços aos quais estava legalmente determinada, a “repartição” APESC<sup>8</sup> era procurada com assiduidade por pesquisadores (APESC, 1968).

De fato, não eram apenas os genealogistas que buscavam informações na referida instituição. Em 1962, o pesquisador Arno Wehling, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, por meio do Arquivo Nacional, solicita ao Arquivo do Estado documentos para embasar sua pesquisa sobre agricultura no Brasil. Em ofício n.º 07 encaminhado ao Secretário da Administração, Dr. Eugênio Lapagesse, em 24 de março de 1962, o diretor do Arquivo informa: “[...] visando a não deixar o pesquisador em foco sem notícias de Santa Catarina, mas considerando, por outro lado, que, como é do conhecimento de Vossa Excelência, nosso Arquivo não oferece a mínima condição de pesquisa [...]” (APESC, 1962).

Haviam se passado sete anos, e as condições das instalações e a organização do acervo ainda não eram apropriadas para as atividades que a “repartição” deveria desempenhar. De fato, instalações exclusivamente destinadas a consulta e pesquisa existirão somente a partir da década de 1980, quando o Arquivo deixa de ser abrigado em prédios cedidos temporariamente.

A inviabilidade de pesquisa pelo cidadão não interrompeu as solicitações de consulta. Um número considerável de correspondências expedidas pelo diretor do APESC no decorrer da década de 1970 são respostas a possíveis consulentes ou instituições em busca de documentação<sup>9</sup>. O diretor do Arquivo em exercício, João José Machado, afirma em correspondências:

Informo que o que nos solicita no momento é impossível, uma vez que nossa repartição não está instalada e a busca nos livros aqui existentes são difícil de encontrá-los, pois são milhares de livros de todos os diversos assuntos, e nenhum deles catalogados, ou arrumados em prateleiras por ordem (APESC, 1969).

[...] Atentando, porém, para a total inviabilidade de qualquer pesquisa neste órgão, dada a situação atual de seu acervo (Arquivo não instalado), julgou recomendável esta direção remeter seu intento ao Excelentíssimo Sr. Dr. Eugênio Lapagesse, Secretário de estado da Administração (APESC, 1972a).

Das instalações inapropriadas no Palácio o acervo foi transferido, provisoriamente, para duas salas cedidas pela Imprensa Oficial, localizada no bairro Saco dos Limões. Para o então diretor Santos Verani<sup>10</sup> (1985, p. 10),

[...] o valioso acervo transferido, atabalhoadamente [...], foi amontoado em pilhas, pelo chão, de onde, após tempo relativamente longo, novamente

<sup>7</sup> Natural de Montenegro (RS) e servidor público. Exerceu diferentes cargos na administração estadual. Era ligado à UDN, foi vereador de Campos Novos entre 1951-1954 e exerceu no partido o cargo de secretário executivo. Além do Arquivo Público, dirigiu o Teatro Alvares de Carvalho.

<sup>8</sup> Nas documentações manuseadas dentro do Conjunto Documental APESC, encontramos na sigla de identificação a denominação APESC – Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

<sup>9</sup> Ver APESC (1972a; 1972b; 1972c).

<sup>10</sup> Natural de Orleans (SC). Militar de carreira foi para a reserva no posto de Coronel. Dirigiu o Arquivo Público nos anos de 1971 a 1976.

transferido, em sua quase totalidade, para uma sala no pavimento térreo do Edifício das Diretorias e, uma pequena parcela, para a acanhada saleta em que funcionava a própria direção do órgão, junto à Secretaria de Administração.

Como é perceptível, a instituição sofria muitos problemas e sua atuação, ao que tudo indica, no decorrer da década de 1970, estava limitada à parte burocrática, já que não conseguia desempenhar os objetivos inerentes à sua finalidade como deveria: “instrumentalizar” a ação administrativa do estado e garantir atendimento às demandas do cidadão, conforme aponta o Ofício n.º 13 encaminhado ao Diretor Administrativo da Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina (IOESC), em 25 de julho de 1974, do então diretor do Arquivo sobre pedido de Salomão da Silva Mattos:

Informando ser impossível a localização do processo administrativo referente, ainda na hipótese de encontra-se o mesmo no acervo deste órgão, de vez que, conforme consta da própria informação de fls. 15, “jamais poderíamos encontrá-lo, devido às condições [em] que se encontra(m) todos aqueles documentos...”, situação aflitiva, essa – do nosso importantíssimo acervo documental – já exposta em repetidos relatórios [...] (APESC, 1974b).

Sem instalação, sem sede própria, vagando de um lado para outro, o Arquivo era, mesmo assim, procurado por pesquisadores e por órgãos públicos. Em relatório ao professor Jali Meirinho, responsável pela Divisão de Ciências do Departamento de Cultura do Estado, Santos Verani afirma que, “apesar de todos os senões e de toda a falta de conscientização existente, cerca de 50 interessados procuraram os serviços deste órgão no decorrer de 1973 [...] inclusive repartições estaduais, repartições federais e da justiça de outros estados da federação [...]” (APESC, 1974a).

E assim vagou o Arquivo, desde a sua criação na década de 1960, por vários espaços improvisados<sup>11</sup>, carente de pessoal e investimento para desempenhar suas funções técnicas. As mudanças recorrentes amargaram prejuízos ao acervo. Nos dizeres de Santos Verani (1985, p. 10), diante de tantas transferências, o aforismo em matéria de arquivo já havia sido superado: “a cada duas mudanças equivalem a um incêndio”.

A década de 1980, no entanto, trouxe bons ventos para o Arquivo. Os esforços dos seus primeiros diretores, o empenho dos homens e mulheres letrados de Santa Catarina e dos amantes da memória histórica catarinense forneceram novos contornos às práticas arquivísticas no estado, provocando um maior empenho nas ações voltadas à preservação da memória catarinense a partir do seu patrimônio documental custodiado pelo Arquivo Público do Estado.

Segundo o professor Walter Piazza (1990b), a aproximação da comunidade científica dinamizou a atuação do Arquivo, seja abrindo as portas para estagiários do curso de Biblioteconomia da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), seja na aproximação com o corpo de pesquisadores do Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). De fato, essa proximidade garantiu um olhar mais cuidadoso das autoridades e da comunidade sobre o Arquivo, e assim ações passam a ser desenhadas.

---

<sup>11</sup> Do Edifício das Diretorias foi transferido para um casarão alugado, localizado à Rua Almirante Alvim, n.º 16. Na segunda metade de 1976 foi novamente transferido para um edifício alugado, situado à Rua Felipe Schmidt, n.º 16. De fevereiro de 1992 até abril de 2006, o Arquivo teve como sede um edifício alugado na Avenida Mauro Ramos. De 2006 até os dias atuais o Arquivo Público do Estado ocupa parte das instalações da Imprensa Oficial do Estado, localizada à Rua Duque de Caxias, n.º 261, no bairro Saco dos Limões.

Em 1986, por meio da Lei Estadual n.º 6.823, de 3 de julho de 1986, são criados no quadro do Poder Executivo Estadual os cargos de técnico em restauração e preservação de documentos e de auxiliar técnico de restauração e preservação de documentos; em seguida, no ano de 1987, desenvolveu-se uma política de preservação documental para o estado de Santa Catarina.

Sem dúvida, a responsabilidade com a massa documental existente no Arquivo a ser recolhida perante órgãos da administração direta e indireta tomou outro rumo a partir da segunda metade do século XX. Em janeiro de 1985, o então diretor do Arquivo Público, Iaponan Soares de Araújo, encaminha ao secretário adjunto da Secretaria da Justiça do Estado relatório contendo recomendações ressaltadas no I Seminário Nacional de Arquivos Estaduais, realizado em Brasília (APESC, 1985). O documento salienta a importância de alguns fatores: uma estrutura organizacional específica para o Arquivo; autonomia financeira; um quadro de funcionários próprios; um regimento interno; uma política de gestão documental que envolvesse seleção e avaliação, tratamento técnico e conservação dos documentos; uma sede própria; o Sistema Estadual de Arquivos; comissões de avaliação para seleção e descartes de documentos.

As recomendações supracitadas resultaram em uma exposição de motivos encaminhada pelo Secretário da Administração, Paulo Gouvêa da Costa, em maio de 1985, ao Governador do Estado, Esperidião Amin Helou Filho, ressaltando pontos importantes para a vinculação do Arquivo Público à Secretaria de Administração e, conseqüentemente, desvinculando-o da Secretaria de Justiça. Além disso, trazia argumentações para que o projeto Registro da Memória Pública de Santa Catarina, em parceria com diversas instituições<sup>12</sup>, fosse coordenado e executado pelo Arquivo Público.

Naquele momento, o acervo possuía sob a sua custódia 2 mil metros lineares de documentos que estavam lentamente sendo catalogados, mas que de fato deveriam ser ampliados, já que a grande massa documental do século XX da administração pública do estado, aproximadamente 12 mil metros lineares, se encontrava nas dependências dos diversos setores à mercê da própria sorte, propensa à ação do tempo, à falta de cuidados específicos para sua conservação e fadada à destruição (APESC, 1985). A inserção de estagiárias de Biblioteconomia no fim da década de 70 contribuiu, substancialmente, para o longo processo de organização da massa documental existente na instituição.

Cerca de 99% do acervo não estava identificado e muito pouco conhecido por seus pesquisadores e funcionários. Tratava-se de uma situação limite de desconhecimento do acervo depositado e também da evolução administrativa do Estado, que com suas constantes mudanças dificultava a organização (NUNES, 1990, p. 55).

O conhecimento do acervo, a elaboração de um plano de trabalho baseado em uma metodologia adequada e o empenho do grupo, constituído por seis estagiárias e alguns bolsistas, foram determinantes para o início da sua sistematização. O arranjo dos documentos do Fundo Cartorial instaurou o processo (ARAÚJO, NUNES, 1985).

A massa documental cartorária, proveniente dos Cartórios de Registro Civil e Registro de Imóveis de municípios e distritos catarinenses a partir do ano de 1929 e legada ao Arquivo Público, estava composta por certidões de registro de nascimentos, casamentos, óbitos e imóveis, portanto, documentos dotados de “fé pública”. Por ser uma documentação recorrentemente solicitada pelos pesquisadores para comprovação jurídica e para a elaboração da história demográfica, social e econômica do estado de Santa Catarina, foi a primeira a ser organizada.

<sup>12</sup> Secretaria da Cultura, Esporte e Turismo, por meio da Fundação Catarinense de Cultura (FCC); Casa Civil, por meio da Imprensa Oficial; UFSC; Secretaria de Administração e Arquivo Público.

Resultante desse trabalho, no início dos anos 90, o Arquivo contava com 268 metros lineares de documentos devidamente organizados, totalizando 11.142 códices/volumes disponíveis para a consulta dos consulentes. Mas o acervo não se reduzia à documentação cartorária. Havia mais 1.700 metros lineares que aguardavam por um processo organizativo adequado.

A expressiva busca por documentos, referentes aos séculos XVIII e XIX, por parte de acadêmicos e pesquisadores autodidatas promoveu no decorrer dos anos 1990 o início do processamento técnico da documentação manuscrita dos períodos colonial, imperial e republicano, mediante a separação e organização dos conjuntos documentais, seguidas de registro, catalogação, classificação e etiquetagem. O intenso trabalho de organização contava, ainda, com a transcrição paleográfica de documentos sob sua guarda (APESC, 1991-1992).

No fim da década de 1980 e início da de 1990, a instituição arquivística do estado contava com 39 servidores, que, pouco a pouco, foram dando estrutura para que o Arquivo pudesse cumprir com o seu objetivo: recolher, conservar, organizar e divulgar os documentos de valor legal administrativos ou permanentes que serviriam de fonte de pesquisa e da história catarinense. Além do quadro de pessoal, recebeu investimentos que garantiram a melhoria do espaço de guarda e de pesquisa. Foram adquiridos estantes deslizantes, máquina leitora de microfilme, máquina de douração, caixas de papelão neutro, máquina obturadora de papéis, megatoscópio e material de consumo. Paralelamente investiu-se no aprimoramento técnico-científico do pessoal por intermédio de cursos de capacitação nas áreas de organização de arquivos e de conservação e restauração (PIAZZA, 1990b).

Juntamente com essa fase frutífera, o Arquivo Público, por meio de seus dirigentes, tomou a frente para discutir sobre a questão arquivística no estado de Santa Catarina. Para isso foram criados a Associação dos Amigos do Arquivo Público, os Encontros Estaduais de Arquivos e a revista *Ágora*. Eram estratégias para viabilizar aportes técnicos e científicos, a fim de fomentar a prática da gestão documental e a preservação da memória documental no estado catarinense. Além disso, a instituição ampliou-se e instrumentalizou-se. No fim da década de 1990, contava com 39 servidores, laboratório de conservação e restauração de documentos e investimentos que garantiram a melhoria substancial do espaço de guarda e de difusão, bem como a qualificação dos servidores.

A trajetória de “empoderamento” do Arquivo Público passou, a partir da segunda metade dos anos 2000, a sofrer sintomáticos abalos: falta de uma sede própria, enxugamento do quadro de pessoal, falta de investimento, descontinuidade e enfraquecimento da gestão documental e diminuição dos serviços prestados, como as ações educativas, exposições e visitas técnicas. O dinamismo e a visibilidade que a instituição arquivística possuía foram aos poucos se arrefecendo. A Associação dos Amigos foi desativada, os encontros foram suspensos, a revista adormeceu e finalmente, agindo como pá de cal, no fim da segunda década do ano 2000, a gestão documental foi arrancada do Arquivo como sinal abrupto do desconhecimento da função sistêmica do órgão e sua importância para a administração pública.

A partir de 2018, em um movimento incessante de luta e resistência, o Arquivo Público tenta recuperar seu dinamismo e ampliar sua visibilidade perante o governo e a sociedade. Embora ainda com um quadro diminuto, recompõe seu fôlego e força, dinamizando seus serviços, seu compromisso social com a divulgação e publicidade do seu acervo, infiltrando-se com personalidade nas discussões sobre a indivisibilidade do sistema de gestão documental, que inclui obviamente o arquivo permanente, aproximando-se das instituições acadêmicas e de classe e criando grupo de debate sobre arquivos catarinenses.

## CONCLUSÃO

As narrativas realizadas sobre a trajetória do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina e as curvas que evidenciam seu reconhecimento e valorização ante a sociedade e o poder público precisam ser aprofundadas. Não basta ao Arquivo Público ser reconhecido como uma fonte de memória histórica. É preciso, em associação a essa importante função, reconhecer e valorizar tal instituição no que diz respeito ao seu caráter sistêmico, que envolve a gestão documental dos documentos produzidos e recebidos pelos braços do estado catarinense, para que, enfim, a informação arquivística cumpra o seu papel plenamente.

## REFERÊNCIAS

APESC – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **30 anos (1960-1990)**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Administração, 1990.

APESC – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Correspondências expedidas** – 1933/1979. Ofício 003/74 encaminhado ao Sr. Prof. Jali Meirinho, em 4 de fevereiro de 1974. Florianópolis, 1974a.

APESC – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Correspondências expedidas** – 1933/1979. Ofício n.º 06 encaminhado ao Sr. Amarante Carpes, genealogista de Santa Maria (RS), em 3 de fevereiro de 1969. Florianópolis, 1969.

APESC – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Correspondências expedidas** – 1933/1979. Ofício n.º 07 encaminhado ao Secretário da Administração, Dr. Eugênio Lapagesse, em 24 de março de 1962. Florianópolis, 1962.

APESC – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Correspondências expedidas** – 1933/1979. Ofício n.º 09 encaminhado ao Arquivo Nacional, em 27 de março de 1972. Florianópolis, 1972a.

APESC – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Correspondências expedidas** – 1933/1979. Ofício n.º 13 encaminhado ao Sr. Diretor Administrativo da IOESC, em 25 de julho de 1974. Florianópolis, 1974b.

APESC – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Correspondências expedidas** – 1933/1979. Ofício n.º 15 encaminhado ao Arquivo Nacional, em 25 de abril de 1972. Florianópolis, 1972b.

APESC – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Correspondências expedidas** – 1933/1979. Ofício n.º 17 encaminhado à Sra. Maria Luiza Dannemann, coordenadora dos cursos do Arquivo Nacional, em 22 de novembro de 1968. Florianópolis, 1968.

APESC – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Correspondências expedidas** – 1933/1979. Ofício n.º 35 encaminhado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 21 de agosto de 1972. Florianópolis, 1972c.

APESC – ARQUIVO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. APESC. **Exposições de motivos** – 1975-2004. Ofício n.º 036/85 encaminhado ao Secretário Adjunto da Secretaria da Justiça do Estado, em 31 de janeiro de 1985. Florianópolis, 1985.

APESC – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Relatório de atividades APESC**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Administração, 1991-1992.

ARAÚJO, A. M. S. M. de; NUNES, N. R. D. Nossa experiência no Arquivo Público. **Ágora: Arquivologia em Debate**, Florianópolis, ano I, n.º 1, p. 16-17, jun. 1985.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro, 2005.

JANCSÓ, I. (org.). **Brasil: formação do Estado e da nação**. São Paulo: Hucitec/Fapesp/Unijuí, 2003. (Estudos Históricos).

MODESTO, F. Sobre as origens e o desenvolvimento do Estado Moderno no Ocidente. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 71, p. 11-39, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n71/01.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2018.

MUELLER, E. APESC. **Ágora: Arquivologia em Debate**, Florianópolis, v. 1, n. 2, 1985.

NUNES, N. R. D. Organização: arquivo público. **Ágora: Arquivologia em Debate** – IV Encontro Estadual de Arquivos, Florianópolis, n. 4, 1990.

PIAZZA, W. F. “Arquivo Catharinense”: um ideal proposto. **Ágora: Arquivologia em Debate**, Florianópolis, ano IV, n. 12, dez. 1990a.

PIAZZA, W. F. Arquivo público: retrospectiva e prospectiva. In: ARQUIVO Público: 30 anos. Florianópolis: Secretaria de Estado da Administração, 1990b. p. 7-15.

PIAZZA, W. F. O subsistema estadual de arquivos. **Ágora: Arquivologia em Debate** – III Encontro Estadual de Arquivos, n. 3, 1988.

PIAZZA, W. F. Uma política de preservação documental. **Ágora: Arquivologia em Debate**, v. 5, n. 10, 1989.

SANTA CATARINA. **Coleção de leis, decretos e resoluções de 1918**. Florianópolis: Oficina da Imprensa Oficial, 1919.

SANTA CATARINA. **Coleção de leis, decretos e resoluções de 1931**. Florianópolis: Gab. Tip. Brasil, 1932.

SANTA CATARINA. **Coleção de leis, decretos e resoluções de 1933**. Florianópolis: Gab. Tip. Brasil, 1934.

SANTA CATARINA. **Coleção de leis promulgadas no ano de 1898**. Florianópolis: typ d’O Dia, 1913.

SANTA CATARINA. **Legislação 1960**. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1960.

SOARES, I. Nota prévia para a história do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. **Ágora: Arquivologia em Debate**, v. 1, n. 1, p. 5-9, 1985.

SOARES, I. Organização e administração do Arquivo Público. **Ágora: Arquivologia em Debate**, Florianópolis, v. 3, n. 5, 1987.

VERANI, S. O Arquivo, de meados de 1971 a meados de 1976. **Ágora: Arquivologia em Debate**, Florianópolis, ano I, n. 1, jun. 1985.